

A INFLUÊNCIA DAS MÃES ATIVISTAS NEGRAS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DA ESCOLA E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA¹

Luciana Cristine da Silva Xavier²

Julia Lins Rodrigues³

Maria da Conceição dos Reis⁴

Resumo

O presente trabalho se propõe a refletir sobre o processo de construção da identidade negra na escola através da influência das mães ativistas negras. A pesquisa teve como objetivo identificar como as mães ativistas negras influenciam a prática pedagógica da escola de seus filhos para contribuir com o processo de construção da identidade negra. Para tal, foram realizadas cinco entrevistas em diferentes espaços com matriarcas educadoras ativistas que são engajadas na luta do reconhecimento dos direitos das pessoas negras. Nas entrevistas foram destacadas as memórias das mesmas sobre as vivências escolares e as práticas pedagógicas das escolas de seus filhos. Pôde-se perceber que a intervenção das mães na formação da identidade negra é de grande importância, visto que a discussão das questões étnico-raciais na maioria das escolas são falhas. Essa atuação faz com que haja maior policiamento para a aplicação dessa temática na escola, tanto sugerindo, como participando ativamente do processo.

Palavras-Chave: Ativistas Negras; Identidade Negra; Prática Pedagógica; Educação das Relações Étnico-Raciais.

Introdução

O interesse pela pesquisa surgiu no momento de descoberta da identidade negra das autoras deste trabalho, através de textos lidos, palestras, minicursos durante a formação. A curiosidade também veio a ser despertada devido às observações de práticas curriculares nas escolas visitadas nos estágios curriculares principalmente nas observações e regências vivenciadas durante a Pesquisa e Prática Pedagógica IV do curso de pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco. Nas regências, um dos temas abordados foi à diversidade cultural que trouxe muita euforia para a sala de aula, existindo conflitos em relação à formação da sua identidade, como a cor da pele, cabelo, costumes religiosos e outros.

¹ Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco apresentado no Semestre Letivo 2016.1.

² Concluinte do curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: luciana85xavier@gmail.com

³ Concluinte do curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: lins.anajulia127@gmail.com

⁴ Professora Adjunta do Departamento de Administração Escolar e Planejamento Educacional- Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: cecareais@hotmail.com

Na vida escolar de uma das autoras deste texto existem lembranças que, apesar de toda dedicação de sua mãe em lhe oferecer uma educação de qualidade e respeito ao próximo, revelam muitos problemas de aceitação da sua identidade no colégio, principalmente quando criança. Como por exemplo, os apelidos que a turma colocava devido às tranças que sua mãe fazia na tentativa de baixar o volume do seu cabelo. Apesar da mãe lhe acalantar dizendo para não dar importância aos comentários, não se recorda nem um dia em que a ela foi à escola para se queixar sobre o comportamento dos alunos em relação a este assunto, nem tão pouco cobrar atitudes da escola, pois achava que era brincadeira de criança e que quando os anos se passassem a filha iria esquecer e tudo voltaria ao normal.

Porém não aconteceu o que a mãe esperava, pois a filha cresceu uma pessoa tímida, com autoestima baixa, vergonhosa e não conseguiu superar aquela fase em que sofria preconceito e discriminação. As escolas em sua maioria se apresentam como um dos poucos lugares onde poderíamos realizar a formação da construção da identidade negra, porém, é nela que os problemas relacionados a essa construção são vividos. O preconceito, a discriminação e a omissão estão presentes ativamente na comunidade escolar, em qualquer classe social.

A partir da promulgação da lei 10.639/2003 passou a ser obrigatório “nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira” (BRASIL, 2003). A implementação dessa lei foi uma conquista dos movimentos sociais que tratam da temática étnico-racial. Refletindo sobre o papel das mães negras ativistas sobre a questão racial, surgiu a indagação; Como as mães ativistas negras influenciam a prática pedagógica da escola dos seus filhos? Elas contribuem no processo de construção da identidade negra?

Entendemos que as influências se dão pelas intervenções que desenvolvam atitudes da escola em defesa das questões étnico-raciais. Essas reflexões nos levaram a elaborar a questão central desta pesquisa: Como as intervenções das mães negras ativistas influenciam a prática pedagógica da escola de seus filhos para contribuir com o processo de construção da identidade negra? Essas mães por serem ativistas pressupõe-se que tenham conhecimento sobre os seus direitos referentes à questão racial, podendo assim, influenciar as práticas pedagógicas que elevem a importância da afirmação da identidade negra de suas crianças.

O processo de discriminação ocorre no início da escolarização, tornando a discussão sobre a formação da identidade muito relevante. Mas para que isso aconteça de forma adequada escola deve embasar o currículo escolar segundo as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Nestas Diretrizes estão contempladas como deve ocorrer à qualificação dos docentes, a importância da participação dos mesmos nesse processo de construção da identidade para que abordem adequadamente as questões a respeito das relações étnico-raciais.

Assim, o objetivo é identificar como as mães ativistas negras influenciam a prática pedagógica da escola de seus filhos para contribuir com o processo de construção da identidade negra. E os específicos verificarem as práticas pedagógicas que estão presentes nas escolas que influenciam o processo de construção da identidade negra e analisar a relação família e escola nesse processo, apresentamos no percurso os resultados dessa pesquisa.

Marco Teórico

Segundo Santiago, Silva e Silva (2010) os alunos sofrem com a discriminação racial na escola desde os anos iniciais. Essa discriminação é muitas vezes praticada por colegas e professores. Esses últimos, ignoram comportamentos discriminatórios e até reproduzem quando, por exemplo, distribui seu carinho, atenção e afeto de maneira desigual, sendo uns dos critérios para essa escolha a categoria étnica. Diante disso, a criança negra pode desenvolver aversão por sua origem étnica, gerando um sentimento de não pertencimento da sua identidade negra.

Além do ambiente escolar, há necessidade das discussões em todos os espaços, sobre a formação do indivíduo. Autores como Tomaz Tadeu (2001) enfatiza a relevância da identidade no contexto social, baseado nas definições de identidade e diferença. Faz uma problematização desses dois conceitos que são dependentes e ao mesmo tempo se distinguem. Pois a partir do momento em que o indivíduo afirma sua identidade ao mesmo tempo se diferencia do outro, percebendo que há pessoas que não são pertencentes ao mesmo grupo, surgindo à diferença.

Para aprofundar a categoria identidade negra buscamos as reflexões de Gomes (2002) ao discutir sobre a escola e a formação da identidade:

Ambas mantêm entre si uma relação complexa. Uma relação que nos fala de dois processos que apresentam aproximações e distanciamentos, semelhanças e diferenças, avanços e recuos. Processos desenvolvidos pelo homem e pela mulher negra nos diferentes contextos históricos, sociais, políticos, econômicos e culturais (GOMES, 2002, p. 38).

A complexidade da relação entre educação e identidade negra acontece devido ao pouco reconhecimento sobre a valorização nas discussões da temática das diferenças raciais. A escola, segundo Santiago et al (2010) dentre as várias funções sociais, é responsável por perpetuar as desigualdades, tratando a todos de forma homogênea. Diante disso, a escola se mostra pouco preparada para essas discussões, revelando que não estão adaptando os currículos nem oferecendo formações profissionais relacionadas com o tema étnico-racial. Mas, a escola, está sendo desafiada a incluir no currículo as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana Brasil (2005) enquanto um documento norteador para que os sistemas de ensino, escolas e educadores abordem adequadamente as questões a respeito das relações étnico-raciais.

A escola que trabalha positivamente temas relacionados à questão racial contribui para que o espaço escolar se torne prazeroso para os alunos, auxiliando na formação da sua identidade. A valorização da presença do negro na sociedade suas contribuições intelectuais e culturais devem ser incluídos nos currículos escolares.

É importante ter profissionais que saibam lidar com as tensões entre os diferentes grupos étnico-raciais e também escolas bem estruturadas, estas são condições básicas para oferecer uma educação de qualidade. As autoras supra citadas considera que uma criança quando vivência na infância experiências de afirmação sobre a história e a cultura afro-brasileira pode iniciar com êxito o processo de construção da identidade, e quando estiver diante de situações de preconceito étnico-racial poderá desenvolver comportamentos de indignação, e assim identificar e apontar para tal problema com maior facilidade.

A família é o primeiro meio de sociabilidade que a criança tem contato, é nela que se inicia a construção de sua identidade, sendo muito importante a presença na instituição escolar. De acordo com Nogueira (2006) atualmente vem crescendo a

formulação de políticas públicas que incentivam a parceria e o diálogo entre a família e a escola. Um exemplo dessa política é o Dia Nacional da Família na Escola que foi lançado em 21 de abril de 2001 pelo Ministério da Educação (MEC), porém a autora acentua que essa parceria nem sempre ocorre e essas relações consideravelmente se mostram diferentes de acordo com os grupos e atores sociais.

Pessoas com o nível de escolaridade mais elevada tendem a ter um conhecimento maior sobre seus direitos e conseqüentemente questionam mais sobre os métodos pedagógicos oferecidos pela escola. Apesar de Nogueira (2006) citar a crescente valorização e afirmação da família na escola, nota-se que essa relação é insatisfatória. A presença materna na vivência escolar é muito importante para o desenvolvimento do indivíduo, pois é a mãe que na maioria das vezes contribui de forma atuante na construção da identidade. Durante muito tempo a imagem da mulher negra foi inferiorizada pela sociedade, refletindo negativamente na sua autoestima e identidade. A forma como o indivíduo vê a si mesma e se situa no mundo depende fundamentalmente da mensagem que ele recebe das pessoas que o cercam (SANTIAGO, SILVA e SILVA, 2010, p.253).

As lutas dos afrodescendentes surgiram desde o período do Brasil colônia quando foram arrancados da sua terra natal pelos portugueses, os africanos lutavam contra escravidão. A maior expressão de resistência foram os quilombos e o mais conhecido foi o de Palmares que resistiu por mais de cem anos. Atualmente existem grupos e organizações na luta por outras questões como as correções das desigualdades sociais. O movimento negro unificado que surgiu em 1978 marcou uma nova fase de lutas e conquistas do movimento no Brasil e as mulheres tiveram forte presença na liderança desses movimentos.

Apesar de vivermos numa sociedade que desvaloriza o negro, a presença de uma mãe atuante é relevante na sua formação. Por esse motivo que escolhemos as mulheres que são mães educadoras ativistas negras por conhecerem e exigirem que seus direitos sejam reconhecidos, são mães diferenciadas que lutam pela reparação das desigualdades étnico-raciais e sociais entre brancos e negros participam ou participaram de movimentos sociais.

Procedimentos Metodológicos

A abordagem escolhida neste estudo foi a abordagem qualitativa que tem o propósito de compreender, explicar e especificar o fenômeno educacional, com foco na experiência do sujeito que é o objeto de pesquisa.

A metodologia tem uma abordagem qualitativa de pesquisa, pois mostra “os diferentes níveis, tipos e abordagens de problemas educacionais, e os diversos objetos de pesquisa e métodos que se adequem à natureza do problema pesquisado. (SANTOS FILHO; GAMBOA, 2001, p.54).

A metodologia utilizada foi da história oral, porque “não é um fim em si mesma, e sim um meio de conhecimento [...], é preciso haver questões, perguntas, que justifiquem o desenvolvimento de uma investigação” (ALBERTI, 2005, p. 29). Na história oral a narrativa das pessoas é valorizada, e através das memórias desses sujeitos nos deparamos com a realidade, percebemos que o passado ainda está muito presente. Como afirma Alberti:

É da experiência de um sujeito que se trata; sua narrativa acaba colorindo o passado com um valor que nos é caro: aquele que faz do homem um indivíduo único e singular em nossa história, um sujeito que efetivamente viveu- e, por isso dá vida a- as conjunturas e estruturas que de outro modo parecem tão distantes. (ALBERTI, 2004, p.14).

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com mães. Estas entrevistas foram gravadas, transcritas e enviadas às entrevistadas para que modificassem ou não a transcrição. É importante frisar que “a escolha dos entrevistados é, em primeiro lugar, guiada pelos objetivos da pesquisa” (ALBERTI, 2005, p. 31).

Por esse motivo foram escolhidas mães ativistas negras com a finalidade de responder as indagações deste artigo que são: Como as mães ativistas negras influenciam a prática pedagógica da escola de seus filhos? Elas contribuem com o processo de construção da identidade negra?

Inicialmente havíamos optado pelo termo militante, todavia durante o percurso da pesquisa e as respostas obtidas através das entrevistadas depreendemos que o termo ativista se adequa melhor, pois:

Enquanto a militância é da ordem da disciplina, da resistência e da repetição, o ativismo é da ordem da liberdade, da contra conduta e da

diferença. Assim, quem milita, limita; ao contrário, para o ativista não há limites. Essa diferenciação entre a militância e o ativismo não implica juízo de valor e nem pensar que se trata de funções desempenhadas por pessoas diferentes. Cada um de nós pode se comportar ora mais como um militante, ora mais como um ativista, dependendo das estratégias que queira ou precise adotar em razão de seus propósitos políticos (VEIGA NETO, 2012, p. 274).

Compreendemos o que Veiga Neto (2012) também diz sobre o ativista compromete-se com os outros, mas a princípio é o comprometimento individual prevalece. Esse individual é no sentido de que sua vida precisa refletir suas ações e pensamentos.

Os conteúdos das entrevistas serão analisados “em torno dos três polos cronológicos: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação” (BARDIN, 1977, p. 95). Os dados coletados mantêm um diálogo com os teóricos escolhidos, para que assim consigamos perceber como acontece ou não a intervenção dessas mães na construção da identidade dos seus filhos. Foram cinco as entrevistadas, escolhidas através de indicações por serem mães, ativistas, negras e sua atuação em movimentos que trabalham a temática étnico racial. Primeiro entramos em contato com elas através de e-mail, rede social, e a partir do momento que obtínhamos respostas enviávamos os documentos necessários para a realização da entrevista que foram: o Convite, Roteiro da Entrevista e o Termo de Consentimento de Uso e Divulgação do Relato Oral.

As principais informações contidas no convite eram o título da pesquisa, o objetivo, o uso dos dados e como as entrevistadas poderiam fazer o agendamento para a realização da entrevista. O roteiro da entrevista trazia a ficha de identificação e as questões norteadoras, que ajudaria as entrevistadas a lembrarem as experiências escolares dos (as) filhos (as). Já o termo de consentimento de uso e divulgação do relato oral as entrevistadas assinavam autorizando a utilização, publicação e disponibilização dos dados para fins acadêmicos. Todas as entrevistadas permitiram a utilização dos seus nomes na pesquisa por ser de grande importância expor para a sociedade as mulheres negras que apesar de encontrar grandes dificuldades de acesso e permanência nas escolas, alcançaram altos níveis acadêmicos e sociais desejados por toda sociedade, mostrando que todos nós podemos realizar nossos objetivos. Os locais que aconteceram as entrevistas foram predominantemente onde às entrevistadas trabalhavam e uma na

residência em horários diversos. A primeira entrevista serviu como norteadora para as seguintes, sendo ela muito importante para a produção das demais.

A seguir iremos expor um breve perfil (Retirado da Plataforma Lattes) das entrevistadas na ordem em que ocorreram as entrevistas.

Perfil das mães entrevistadas

ENTREVISTADAS	PARTICIPA DE ALGUM MOVIMENTO OU GRUPO	ESCOLA DOS FILHOS
Auxiliadora Martins	Usa o trabalho como movimento	Privada
Delma Silva	Usa o trabalho como movimento	Privada
Elizama Messias	Quilombo Raça e Classe	Privada e pública
Vanessa Marinho	Usa o trabalho como movimento	Privada
Graça Elenice	Movimento de mulheres negras e ativista do movimento negro.	Creche pública e escola privada

•Auxiliadora Maria Martins da Silva

É doutora em educação pela UFPE - Universidade Federal de Pernambuco (2011). É mestra em Ensino das Ciências pela UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco (2005). Possui graduação em Pedagogia pela UNICAP - Universidade Católica de Pernambuco (1982). É Professora Adjunta da UFPE. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Formação Continuada e Coordenação Educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: Afrodescendentes, Equidade étnico racial na educação, Educação antirracista, Negro no livro didático e Educação de Jovens e Adultos. É membro do NEAB - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da UFPE - Universidade Federal de Pernambuco e é membro da Biograph - Associação Brasileira de Pesquisa Autobiográfica. É líder do GEPAR - Grupo de Estudos e Pesquisas em Autobiografias, Racismos e Antirracismos na Educação. Participou do movimento negro unificado, atualmente não participa de movimento do ponto de vista de um

engajamento como fazia na adolescência e na juventude hoje faz do seu trabalho um lugar de movimento.

·Delma Josefa da Silva

Doutoranda em Educação PPGE-UFPE. Linha de Pesquisa Formação de Professores e Prática Pedagógica. Professora na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caruaru, onde ministra na graduação as disciplinas: História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Licenciatura em História), Política Educacional (Licenciatura em Filosofia, Letras e Pedagogia), Fundamentos Sociológicos da Educação e Prática de Ensino II (Licenciatura em Filosofia), Antropologia e Educação (Pedagogia). Foi integrante do Nupesq de 2011 a 2015, onde exerceu orientação de Iniciação Científica e foi Editora Geral da Revista Interfaces de Saberes- NUPESQ-FAFICA, onde o número 13, foi sobre a Educação das Relações Étnico-Raciais pela passagem dos 10 anos da Lei 10.639/03. Tem experiência em formação para a Educação das Relações Raciais e Direitos Humanos, nesta linha organiza e ministra cursos e processos formativos, elabora análise de mídia, concebe e organiza publicações. Nos anos 2000 iniciou interação com a Comunidade Quilombola de Conceição das Crioulas- Sertão de Pernambuco. Já esteve na Articulação de Negros e Negras de Pernambuco, coordenou em Olinda um grupo de estudo, sobre Africanidades e identidades no início dos anos 2000. Foi representante do Movimento Nacional de Direitos Humanos-MNDH-PE. Hoje até por conta das questões mesmo profissionais, acadêmicas, não tem uma vinculação a um movimento digamos orgânico, mas sempre que há uma demanda, sempre que há uma pauta acompanha, por exemplo, as Conferências de Promoção de Igualdade Racial nas esferas municipal e estadual. Audiências públicas, a campanha do combate do racismo na infância que foi uma campanha que o UNICEF fez em 2010. Atualmente a sua atuação se dá através da profissão.

·Elizama Pereira Messias

Pedagoga e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco. Trabalha há mais dez anos como educadora nas primeiras séries do Ensino Fundamental. Em sua prática pedagógica desenvolve projetos na área de alfabetização,

letramento, contação de histórias, relações étnico raciais e ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira. Já atuou como formadora em alguns cursos e oficinas, tanto para estudantes como para professores/as. Atualmente além de ensinar na educação básica, leciona no ensino superior e pós-graduação. Temas de interesse: política educacional, reconhecimento da população negra, ações afirmativas, educação e relações étnico raciais no Brasil, formação de professores para a justiça social, Currículo e interculturalidade, relações de gênero, feminismo negro. Faz parte de um grupo chamado Quilombo Raça e Classe que é um movimento negro que se constituiu dentro da CSP com Lutas que é uma Central Popular e Sindical, que tem uma abrangência não só em sindicatos e categorias profissionais, mas abarca também movimentos sociais como: movimento do campo, movimento quilombola, movimento estudantil, movimento dos sem teto.

•Vanessa Adriano Marinho

Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação da UFPE (2013). Possui graduação (Licenciatura e Bacharelado) em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2009) e Especialização em História e Cultura Afro-Brasileira pela UNICAP (2011). Tem experiência na área de História e Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Relações Raciais e Cultura Afro-brasileira, Ensino de História, Metodologia de Pesquisa, Museus e Patrimônio Cultural. Acompanha os movimentos, mas atualmente não milita efetivamente. Ficou um pouco próxima do Movimento Negro Unificado (MNU) e do coletivo Encrespa Geral. Atualmente não participa sistematicamente de movimentos, colabora em algumas atividades do grupo.

•Graça Elenice Dos Santos Braga

Formação inicial no magistério, licenciada em História pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP-1993). Mestranda em Educação, Cultura e Identidades na Universidade Federal Rural de Pernambuco e Fundação Joaquim Nabuco. Pesquisadora assistente na pesquisa Juventude Brasileira e Democracia - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (-Ibase-2005). Tem experiência em arte educação, Juventude coordenou o programa de juventude e cidadania pela

Escola de Formação Quilombo dos Palmares-PE e leciona História no ensino médio da escola pública. Atualmente é pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Raça, Gênero e Sexualidades Audre Lorde (GEPERGES Audre Lorde) UFRPE, presta assessoria política e pedagógica junto a Rede de Jovens do Nordeste-RJNE. Desenvolve temas como: Educação, História, cultura afro-brasileira, juventude e cidadania. Atualmente está de recesso do movimento.

O processo de construção da identidade negra

A participação da família na construção da identidade negra é de fundamental importância, principalmente nos anos iniciais. É nela que serão ancoradas as suas incertezas e medos, por isso é necessário um olhar mais minucioso com essas crianças. A conversa sobre as questões étnico-raciais e a valorização da pessoa negra deve ser realizada constantemente porque as crianças desde cedo sofrem com discriminações e preconceitos. A partir do momento que ela torna-se conhecedora dos seus direitos, terá condições de manifestar-se diante as posturas intolerantes. A relevância da educação familiar é fundamental nesse processo de construção da identidade, pois:

A educação pode ser entendida como um amplo processo, constituinte da nossa humanização, que se realiza em diversos espaços sociais: na família, na comunidade, no trabalho, nos movimentos sociais, na escola, dentre outros (GOMES, 2002, p. 38).

Isto se expressa nas narrativas das entrevistadas Auxiliadora, Delma e Vanessa, como destacado abaixo:

Nós já tínhamos essa preocupação, então desde quando eles nasceram e que quando começaram a falar, se relacionar com outras pessoas, nós já fomos dizendo para eles e para ela, que eles eram negros. E muito amados por nós e que talvez na sociedade houvesse alguma dificuldade, porque a sociedade era ignorante e discrim inatória e em muitos momentos desrespeitava as pessoas que eram diferentes (AUXILIADORA).

[...] isso é algo que a gente cultiva na família então não tem porque ele não ter essa identificação. Ele nasceu de uma mãe e de um pai negros com a referência bem demarcada do ponto de vista dessa relação identitária (DELMA).

Eu tenho a iniciativa de conversar com o meu filho sobre o assunto, para que ele se percebe como negro, e caso haja alguma situação que ele seja discriminado por algum motivo relacionado à cor da pele, ele tenha como se afirmar de forma empoderada (VANESSA).

As demais entrevistadas, Elizama e Graça, também reforçaram a importância familiar na construção da identidade dos seus filhos. O convívio com os familiares possibilita várias aprendizagens e contribui para a formação da identidade, pois:

Nenhuma identidade é construída no isolamento. Ao contrário, é negociada durante a vida toda por meio do diálogo, parcialmente exterior, parcialmente interior, com os outros. Tanto a identidade pessoal quanto a identidade socialmente derivada são formadas em diálogo aberto. Estas dependem de maneira vital das relações dialógicas estabelecidas com os outros. Esse é um movimento pelo qual passa todo e qualquer processo identitário e, por isso, diz respeito, também, à construção da identidade negra (GOMES, 2002, p.39).

Essa consideração dialoga com a ideia defendida neste trabalho. Sendo assim, podemos afirmar que quando uma criança tem os pais, ou um deles, atuantes em movimentos sociais que discutem as questões étnicas, isto reflete na formação identitária desta. Constatamos isso no relato de Elizama, Auxiliadora e Graça:

[...] porque de qualquer forma, quer queira ou não, eu tenho inserção dentro do movimento negro, tenho uma leitura acadêmica da questão racial no Brasil [...], e as mães que por ventura, não generalizando, não tenha essa mesma inserção como é que elas vão lidar com isso. [...] Eu tenho essa inserção, tenho essa clareza no sentido de que eu estou preparada para fazer essa discussão, mas infelizmente nem todas as famílias tem essa discussão dentro de casa (ELIZAMA).

Eu fui por muito tempo do movimento negro unificado e sempre fiz com que meus filhos pudessem se encontrar e participar de festa e serem amigos dos filhos dessas outras mulheres. Por que, era como se fosse uma comunidade de proteção, se na sociedade, na escola havia um choque, como é que a gente podia fortalecer esses meninos e meninas? São mostrando outras mulheres negras bem sucedidas, outros homens negros bem sucedidos que usavam roupas coloridas, que gostavam de festas, cantavam e dançavam. Para eles perceberem que nós éramos participantes de uma comunidade feliz e que não havia motivo para não gostar de ser o que nós efetivamente éramos e somos pessoas pretas, pessoas negras (AUXILIADORA).

[...] ela [filha] morava em casa com outras mulheres. Quando eu não estava em casa, pois eu trabalhava [...]. Silvana fazia serviço social na época e a levava para a faculdade. [...] eu nesse momento estava assessorando os movimentos sociais juvenis, a levava para as

atividades, ela acompanhava, então ela teve um processo de apoio mais educativo no sentido de construção da identidade (GRAÇA).

Por serem mães negras ativistas e educadoras, principalmente conhecedoras do legado dos afro-descendentes na sociedade, isto influenciou na educação étnico-racial dos seus filhos. Diferente das crianças, que dentro do âmbito familiar sequer mantém diálogos sobre a negritude, devido à ausência de participação em movimentos sociais ou discussões acerca do empoderamento negro. Quem está ausente dessas problematizações não sabe agir e também questionar a aplicação dos seus direitos. Tal constatação compromete negativamente a identidade negra, pois ela trata-se de “uma construção social, histórica e cultural repleta de densidade, de conflitos e de diálogos”. (GOMES, 2002, p. 39)

A partir do momento que essas crianças saem desse âmbito familiar e convivem com outras pessoas relacionadas a essas temáticas, começam a se ver, também, como negras. Esse é o momento da descoberta da identidade negra, que consideramos extremamente positivo. Sendo assim, o sujeito passa a recordar-se de situações constrangedoras ou positivas ao qual teve que vivenciar devido a sua condição étnica. Mediante o processo de formação social, o indivíduo inicia sua participação no processo de conscientização e reconhecimento da sua identidade. “A identidade vai sendo, processualmente, construída numa determinada pessoa a partir da aprendizagem que cada uma adquire ao fazer parte de uma configuração social” (REIS, 2013, p.48). Sobre isso, uma das entrevistas ressalta:

Veja é diferente um adulto que não se reconhece negro, que passa a se reconhecer negro, isso acontece com o adulto que não teve essa referência familiar. Agora quando uma criança tem a referência identitária dela construída desde a família, então não existe isso do momento que ele se descobriu, momento que ele se reconheceu. Por que no ambiente familiar dele está lá as imagens, está as fotografias dele, fotografia do pai, fotografia minha. Imagens referenciadas em África, máscaras, fotografia, escultura. Então o ambiente doméstico o leva a ser quem ele é. (DELMA)

A maioria das dificuldades para a superação da ideologia do embranquecimento estão direcionadas ao desconhecido, a falta de auto-definição, as pessoas não sabem quem são de fato. Elas não são conscientizadas a se conhecerem em suas próprias

identidades, mas se submetem a ser o que o outro é e determina. (Munanga, 2008 *apud* REIS, 2013, p.55).

A forma como o negro é visto na sociedade, de maneira desvalorizada, compromete o próprio reconhecimento, visto que a busca pela afirmação confronta-se com as ideologias impostas pela sociedade.

De acordo com Reis (2013, p.29), a construção da identidade acontece de forma individual e coletiva, através dos costumes, tempos, conflitos e controle de emoções, seguindo por caminhos que a entendem como uma construção histórica. É nesta situação que os afro-brasileiros se encontram e fortalecem a sua identidade.

As práticas pedagógicas da escola e suas influências no processo de construção da identidade negra

A escola é um dos poucos lugares onde podemos realizar, por meio da educação, a construção da pluralidade étnica, a interação, e o respeito às diferenças, pois é um espaço de construção humanística, no entanto:

A cultura escolar dominante em nossas instituições educativas, construída fundamentalmente a partir da matriz político-social e epistemológica da modernidade, prioriza o comum, o uniforme, o homogêneo, considerados como elementos constitutivos do universal. Nesta ótica, as diferenças são ignoradas ou consideradas um “problema” a resolver (CANDAUI, 2011, p.241).

Infelizmente, algumas escolas ainda resistem, ou não buscam trabalhar, à questão étnico-racial, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Na maioria das vezes, elas são abordadas de forma folclorizada ou em datas comemorativas. A valorização do ensino da história e cultura Africana e Afro-brasileira na prática pedagógica da escola nos últimos anos vem sendo bastante debatido, porém a implementação não é consolidada. Desse modo, citamos os relatos de Auxiliadora e Vanessa que expõem a experiência escolar dos seus filhos:

A escola foi terrível [...]. Vejam o absurdo do que é o preconceito a discriminação e o racismo, é uma coisa tão naturalizada que quando a gente vai reivindicar dignidade, reconhecimento e respeito às pessoas jogam a culpa para nós mesmos. Então nós somos duplamente vítimas

desse racismo institucional que existe na sociedade brasileira (AUXILIADORA).

[...] porque o material que eles usam em relação a essa questão da temática racial deixa muito a desejar, pois é um material muito obsoleto em algumas coisas, tem algumas abordagens interessantes, mas deixa muito a desejar (VANESSA).

É nítido nos dois relatos que a escola não aborda adequadamente a temática étnico-racial, pois suas práticas ainda são insatisfatórias, além de reproduzir preconceitos direcionados aos negros. Isso vai de encontro à temática, respaldada pela lei 10.639/ 03 e as diretrizes curriculares. Do papel para a vida social, há uma grande distância a ser transposta, e o desencadeamento desse processo não significa sua efetiva adoção, tampouco seu completo enraizamento no chão das escolas públicas e privadas do País (GOMES, 2012, p.23).

A escola é protagonista na educação formal brasileira, sendo para muitos a referência de educação, ou até sinônimo, mas, continua a autora:

Nesse cenário, a escola tem sido considerada historicamente um espaço de repercussão e reprodução do racismo. Como mostra sua história e revelam as dinâmicas sociais produzidas nesse lócus, trata-se de uma instituição que dificilmente consegue lidar com identidades forjadas num contexto de diversidade, reconhecendo-as e tratando-as de forma igualitária e digna, e com saberes e patrimônios culturais produzidos pelos grupos étnico-raciais do País (GOMES, 2012, p.24).

As práticas pedagógicas que ocorrem na escola se não forem orientadas conforme a lei 10.639/03 e outros documentos que dão embasamento teórico-metodológico, possivelmente não contribuirá para a construção da identidade negra das crianças. A escola tem:

Um papel importante na perspectiva de reconhecer, valorizar e empoderar sujeitos socioculturais subalternizados e negados. E esta tarefa passa por processos de diálogo entre diferentes conhecimentos e saberes, a utilização de pluralidade de linguagens, estratégias pedagógicas e recursos didáticos, a promoção de dispositivos de diferenciação pedagógica e o combate a toda forma de preconceito e discriminação no contexto escolar (CANDAU, 2011, p. 253).

No ambiente escolar, é preciso trabalhar numa perspectiva intercultural que segundo Candau (2011) é importante porque reconhece que existem saberes e

conhecimentos dissemelhantes. A fim de dialogar com essa questão, mencionamos uma prática pedagógica utilizada na creche, que um dos filhos das entrevistadas estuda:

Na creche que eles estudam há um trabalho tematizando a questão racial a partir da literatura infantil [...]. Com contação de histórias, com vivências, produções das crianças valorizando essa diversidade de cores do Brasil (ELIZAMA).

No entanto, Elizama sente falta desse trabalho atualmente na escola que a filha mais velha estudava. Vale salientar que a maioria dos filhos das entrevistadas estudaram em estabelecimento privado, mesmo assim essas escolas não contribuem significativamente com práticas que dialoguem com a temática afro, algo que não é exclusivo de algumas escolas públicas. Quando a escola tem um diálogo com a família e vice-versa, mesmo em meio a dificuldades que possam aparecer às mães podem mostrar como trabalhar a questão étnico-racial.

A intervenção das mães ativistas negras na prática pedagógica da escola

As mães ativistas tem uma forte influência na formação da identidade negra das suas crianças, tanto no âmbito familiar como no escolar. Dependendo da relação que se têm com a escola elas podem contribuir ou não com as práticas pedagógicas na qual seus filhos estudam. Uma instituição de ensino que não se preocupa com a pluralidade cultural e a diferença está sujeita a uma maior participação dessas mães ativistas. Contudo, as mesmas encontram mínimas ou nenhuma abertura para contribuir no desenvolvimento das práticas da escola voltada para a valorização racial. São poucas as escolas públicas ou privadas que se preocupam com o desenvolvimento humano como um todo, e que são abertas a discussão dessa grandeza. Nas escolas abertas a essa discussão, a influência da mãe ativista na prática pedagógica faz toda a diferença.

As entrevistadas, Auxiliadora e Elizama, ressaltam que encontraram dificuldades em realizar intervenções nas escolas que não se mostraram abertas às discussões raciais, sendo omissas na resolução de problemas em que a escola diariamente se depara. Segue, abaixo, parte dos relatos das respectivas mães:

Numa escola confessional católica as freirinhas são muito bonitinhas, muito branquinhas e muito cheirosinhas, mas incapazes de realizar

ações de combate ao racismo, então ela acha que a mãe é problemática e os filhos são problemáticos. E também não vão fazer nenhuma ação de controle e combate a discriminação por que você foi lá se queixar (AUXILIADORA).

A fala da mãe demonstra um modelo de escola que não discute as questões étnico-raciais, resistente ao diálogo com as famílias.

Na escola privada é muito raro essa discursão, muito na verdade se evita o conflito, se evita a discursão, se evita várias coisas porque é uma relação de cliente e de oferecer um serviço e tem que agradar os pais, então se os pais se agradam de tal coisa eu tenho que fazer a tal coisa, mas se os pais não querem discutir tal coisa por que é um conflito muitas vezes pessoal ou familiar então eu também não vou discutir tal coisa. Então esse tipo de coisa eu passei por uma experiência em uma escola privada de pequeno porte, diga-se de passagem. Na escola pública isso fica muito claro, então de certa forma fortalece um pouco essa posição pedagógica de está com minha filha em escola pública a pesar de viver uma série de conflitos de faltas e de perdas dentro da escola de educação pública e ao mesmo tempo isso fortalece a dimensão o quanto nós somos responsáveis também (ELIZAMA).

Uma mãe ativista é diferenciada em suas atitudes, pois está aberta e disposta a promover mudanças, compromete-se em ajudar nas dificuldades que a escola se depara sobre a temática étnico-racial. É atuante nos movimentos sociais e que tem sede de fazer a diferença, pois a intervenção que ela realiza não é apenas para beneficiar os seus filhos, mas sim a população negra.

As mães Elizama e Graça em outro formato escolar encontraram aberturas para intervir ativamente nas escolas, influenciando no desenvolvimento de práticas pedagógicas que valorizem a questão racial. Como se pode perceber nos relatos abaixo:

Normalmente ela me relata: mãe fulano me disse que eu não poderia ser porque eu sou preta, isso acontece tanto na escola privada quanto na escola pública. Na escola fulano disse que tal figurinha eu poderia usar, mas tal não, porque era de menina branca e eu era preta. Então no momento que ela me relata isso dentro da escola, normalmente eu procuro as professoras no intuito de oferecer ajuda de como trabalhar com essa temática na escola. E aí eu normalmente me coloco a disposição pra conversar tanto com os professores, tanto com os pais e quanto as crianças, mas eu nunca tive nenhum convite até agora dessas escolas, como também empresto o material. Por exemplo, fiz um kit de materiais meus pra emprestar a professora dela que incluía revistas informativas sobre a educação das relações étnicas-raciais, textos e literatura infantil. Em que medida a professora utilizou ou não naquela turma e naquele momento eu não percebi ao certo, mas foi

muito no intuito de me colocar a disposição e de trocar material com ela sobre isso (ELIZAMA).

A postura acima mostra o seu caráter ativista se preocupando com a discursão da temática dentro do ambiente escolar, prontificando-se em ajudar, para sanar aquela deficiência.

Quando eu fui falar com a coordenação elas mudaram a programação pedagógica da semana literária... Eu lembro que eu conversei com a mãe de um aluno amigo da minha filha e eles não fizeram queixa do filho deles na escola. A minha menina me dizia que o amigo era mais calado, mas ela nunca levou desaforo pra casa, então qualquer coisa que acontecia ela contava mais fácil, quando ela não estava mais criança, se tornou jovem uma adolescente mais firmada ela dizia pra mim: Mais Carlos não falava nada, o pessoal se queixava e ele não dizia nada. E ela dizia que respondia, ela lutava e nunca deixou de dizer alguma coisa. Talvez esse passo pudesse ter um dialogo mais forte dos pais com a escola e isso não chegou a ter (GRAÇA).

Segundo Graça, sua filha e o amigo sofriam preconceito na escola. A menina por viver com pessoas ativistas, sabia se posicionar e denunciar as intolerâncias e falta de respeito.

Eu acho que se fosse outra mãe que não tivesse um engajamento, não teria acontecido da mesma forma, a escola ia ser silenciada e ia ocultar aquele racismo velado, se minha filha não tivesse uma abertura dentro de casa e não tivesse um espaço de dialogo no caso o silencio, ela ia ficar triste com a escola, tímida e tolhida como a gente ver muitas das crianças hoje que fica ao silêncio e leva a evasão (GRAÇA).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a realização da pesquisa, buscamos entender como as mães ativistas negras influenciam na construção da identidade dos seus filhos com práticas pedagógicas nas escolas. Percebemos que a identidade como uma construção social, histórica e cultural repleta de densidades, de conflitos e de diálogos. O olhar lançado sobre o negro e sua cultura, no interior da escola, tanto pode valorizar identidades e diferenças quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las (GOMES, 2012).

Nesse sentido, compreendemos que essa construção acontece gradativamente na relação com o outro. Munanga(2009) diz que: ser negro é se perceber e se encontrar em vários aspectos.

Constatamos a importância da presença das mães no ambiente escolar, além de cobrar ações mais efetivas contra o preconceito. Elas ajudam as escolas na realização de ações como roda de diálogos, contação de histórias, materiais pedagógicos como revistas, livros além de outras ações desenvolvidas para contribuir na prática pedagógica da escola. As suas intervenções contribuem positivamente não apenas dos seus filhos, mas para toda a comunidade escolar.

As mães ativistas são diferenciadas por reconhecem seus direitos, lutam para que as escolas de seus filhos promovam práticas pedagógicas que valorizem as relações étnico-raciais. Elas promovem mudanças, praticam ações e realizam, muitas vezes, o papel que seria da escola. Diferentes de famílias que não são esclarecidas sobre os seus direitos ou que não participam de movimentos sociais. Isso acarreta o silenciamento das crianças quando sofrem preconceito.

O estudo mostra que as mães negras lutam pelos direitos de igualdade para seus filhos nas escolas, incentivando-os constantemente a se emponderarem quando são insultados, menosprezados, ridicularizados e excluídos da sociedade. Busca também contribuir para que a comunidade acadêmica perceba que é de grande importância a participação delas em atividades, projetos escolares, intervenção e formação do currículo. Visando assim, atuações responsáveis e conscientes, em benefício da coletividade, até então interpretado como um desafio para o desenvolvimento da prática educacional. Sendo assim, a sociedade precisa perceber a importância que elas têm na construção, formação e afirmação da identidade negra dos seus filhos.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3 Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 29,31 p.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: Textos em história oral**/ Verena Alberti.- Rio de Janeiro :Editora FGV, 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977. p. 95.

Disponível em: < <http://pt.slideshare.net/RonanTocafundo/bardin-laurence-anlise-de-contedo>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

BRASIL. Lei n. 10.639, 9- 01- 2003. Brasília. DF [s.n]. 2003. Disponível em: < http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/lei_10639_09012003.pdf> . Acesso em: 18 jun. 2016.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília, jun, 2005.

BRASIL. **Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na perspectiva da lei n. 10.639/03**. GOMES, Nilma Lino (org.). 1 Ed. Brasília: Ministério da Educação, 2012, 24p.

CANDAU, V. M. Ferrão. **Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas**. Rio de Janeiro: Currículo Sem Fronteiras, v.11,n.2, 2011.240- 241, 253-255 p.

CANDAU, V. M. Ferrão. **Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença**. Pontifícia universidade católica do Rio de Janeiro-PUC-Rio; Revista brasileira de educação, v.13, n.37, Jan/abr. 2008.

GOMES, L. Nilma. **Educação e identidade negra**. Minas Gerais: editora Aletria 2002. 38-39 p. Disponível em: <<http://www.lettras.ufmg.br/poslit>>. Acesso em: 22 maio. 2016.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Editora DP&A , 11ª edição em 2011, 104 p. tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro).

MOURA, DAYSE CABRAL DE. **Educação e relações raciais em escolas públicas: O que indicam as pesquisas?/** Dayse Cabral de Moura (Org.). –Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

NOGUEIRA, A. Maria. **Família e escola na contemporaneidade: os membros de uma relação**. Educação e realidade, 31(2): 155-170 jul./dez. 2006.

REIS, Maria da Conceição dos. **Educação, identidade e história de vida de pessoas negras doutoras no Brasil/** Maria da Conceição dos Reis, - Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

SANTIAGO, Eliete; SILVA, Delma; SILVA, Claudilene (org.). **Educação, escolarização e identidade negra: 10 anos de pesquisa sobre relações raciais no PPGE/UFPE**. Recife: Editora Universitária. 2010.

SANTOS FILHO, José Camilo; GAMBOA, Silvio Sanchez(org.). **Pesquisa Educacional: Quantidade e Qualidade**. São Paulo: Editora Cortez, 4ª edição, 2001.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**/ Tomaz Tadeu da Silva (org.) Stuart Hall, Kathryn Woodward. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

TAVARES, Celma; BUARQUE, Cristina Maria; MEIRA, Fernanda; ALBERNAZ, Lady, SELMA; CAVALCANTE, Raiza; SOUSA, Rosangela; SILVA, Rosário. **Mulheres construindo igualdade: Caderno etnicorracial/secretaria da mulher.** – Recife: A secretaria, 2011.

VEIGA NETO, Alfredo. **É preciso ir aos porões.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, vol. 17, n. 50, p. 273-274, maio/ago, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782012000200002>. Acesso em: 18 jun. 2016.